

O PAPEL DA PSICOLOGIA PARA A ERRADICAÇÃO DA POBREZA NO BRASIL

AUGUSTO FERREIRA DE MORAES ¹;
EMANUELLE MINELLA RODRIGUES ²

¹ Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – AUGUSTO FERREIRA DE MORAES;

² Centro de Ensino Superior dos Campos Gerais – EMANUELLE MINELLA RODRIGUES

RESUMO: A Organização das Nações Unidas (ONU), desenvolveu em 2015 a Agenda 2030, para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS), onde são presentes 17 ODS, os quais visam resguardar a todas as pessoas do mundo e ao planeta o fim da pobreza, da fome, oferecer saúde e bem estar, educação, igualdade, paz e justiça, trabalho e proteger o meio ambiente e o clima até o ano de 2030. Neste trabalho, será analisado o ODS 1 “Erradicação da Pobreza” dentro do cenário brasileiro, junto com as políticas públicas que auxiliarão a atingir o objetivo, os possíveis desafios que serão encontrados nesse caminho e o papel da psicologia nessa ação.

PALAVRAS-CHAVE: ODS; ONU; erradicação da pobreza; psicologia; políticas públicas.

ABSTRACT: In 2015, the United Nations (UN) developed the 2030 Agenda for Sustainable Development Goals (SDGs), which includes 17 SDGs that aim to ensure the end of poverty, hunger, health and well-being, education, equality, peace and justice, work and protecting the environment and climate by 2030. This paper will analyze SDG 1 "Eradication of Poverty" within the Brazilian scenario, along with the public policies that will help achieve the goal, the possible challenges that will be encountered along the way and the role of psychology in this action.

KEYWORDS: SDGs; UN; poverty eradication; psychology; public policies.

INTRODUÇÃO

Segundo a ONU (2015), aqueles em extrema pobreza são “pessoas vivendo com menos de US\$1,90 por dia”, condição essa que não logra de um mínimo de dignidade humana conforme preconiza a Declaração Universal dos Direitos Humanos adotada e proclamada pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de dezembro 1948. A pobreza priva o sujeito da perspectiva futura e oferece-lhe apenas a humilhação, e ao contrário do que se possa imaginar, a pobreza não é algo exclusivo de países onde ela é enraizada há tempo, mas também está presente em lugares onde parecia já ter sido totalmente erradicada (BAUMAN, 2011).

Não se pode falar de pobreza e não considerar aspectos que são tão significativos para que ela exista, como a vulnerabilidade econômica e social. Além disso, a falta de acesso à educação e políticas públicas favorecem para esse estado. A educação de qualidade e o trabalho digno são coisas previstas pela ONU também, sendo, respectivamente, os ODS 4 e 8, portanto, percebe-se que um ODS irá depender do outro, e diante disso, devem ser feitos em conjunto e ao mesmo tempo.

O aumento na qualidade da educação irá oferecer maior oportunidade de um trabalho digno, e consequentemente uma melhor condição socioeconômica, pensando na seguridade social que o trabalho proporciona. Por outro lado, sabe-se bem que o aumento de impostos e a concentração de riquezas estimulam a pobreza para todos os grupos sociais, mas principalmente para os pobres. Isso somado à desvalorização cambial, taxas e sanções, crises financeiras nacionais e internacionais, a miséria e a exploração do trabalho, dificultam muito para que haja um real investimento na qualidade da educação e na oferta de trabalho digno (LAFER, 2013). Entretanto, não é apenas o pouco ou o mal investimento que prejudica índices de escolaridade, é também a desigualdade; não se pode atribuir o sucesso profissional apenas à escolaridade e ao esforço pessoal, uma vez que muitos indivíduos não possuem acesso à escola - ou à seguridade social.

No Brasil, o índice de pessoas pobres e extremamente pobres subiu, respectivamente, de 6,5% para 7,8% e de 2,6% para 4% de 2014 para 2015. Em relatório, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) atribui isso à crise econômica e a uma dependência em um modelo preocupante de financiar ações públicas de enfrentamento da pobreza: apostam no crescimento e, no máximo, na distribuição desse crescimento, em vez de apostar na redistribuição da riqueza altamente concentrada (MACHADO; SORRENTINO, 2020).

Tudo aquilo que envolve um estado precarizado de *conditio hominis* dentro do sistema de produção capitalista, é definida pelo Estado como “questão social”, onde é reduzida por meio de política pública. Essas questões se manifestam como forma de fome, de desemprego, de pobreza, de segregação, etc. Contudo, a política pública não visa acabar com a base de sustentação do neoliberalismo, isto é, a pobreza. Ela funciona mais com o caráter de suavizar as tensões sociais acerca da precarização, dessa forma, por mais democrática e equitativa que a política pública seja, ela não visa a extinção das condições que geram a exploração (OLIVEIRA; AMORIM, 2012).

Seguindo essa ideia de seguridade social, pode-se pensar na política pública de saúde, como por exemplo, a criação do Sistema Único de Saúde (SUS) em 1990, onde os psicólogos ficaram mais acessíveis aos cidadãos. Anterior a isso, a presença de profissionais da psicologia era mais evidente em hospitais psiquiátricos, serviços ambulatoriais de saúde mental e, em 1980, na chamada equipe mínima de Saúde Mental, com as Ações Integradas de Saúde, porém, essas atividades não eram sistematizadas e uniformizadas, elas seguiam um modelo onde o enfoque era nas queixas, nos sintomas e em quadros nosológicos. Quanto aos consultórios particulares, esses eram voltados a classe média e vistos como o natural e ideal para a área. Portanto, é no cenário da criação de políticas públicas que os psicólogos são inseridos de fato na saúde pública, em um movimento íntegro de direitos civis, do resgate da cidadania e do exercício da democracia (id., 2012).

Desde então, o CFP e os profissionais da área têm definido outros rumos à psicologia, onde ela é praticada como uma articulação teórico-metodológica e política transformadora, diferente do modelo biomédico seguido há alguns anos. No entanto, tudo isso, isso é, essas transformações significativas, tanto na atuação do psicólogo, quanto no acesso da população a esse serviço, não se dão por um processo de conscientização dos profissionais da área sobre sua função para com as camadas mais pobres da população, mas por uma escassez de trabalho e pelas discussões acadêmicas acerca da relevância social da psicologia, que até o momento, parecia não considerar as pessoas mais pobres (id., 2012).

Hoje ainda se percebe que a atuação dentro de políticas públicas não é uma referência à

psicologia se vista ao lado da clínica tradicional, mesmo essa tendo discursos pautados em questões sociais como o atendimento humanizado, clínica ampliada, apoio a movimentos sociais, e outros. Isso não se caracteriza como um novo modelo de psicologia, mas sim uma nova diretriz a uma atuação que já existe, que é travestida de pautas sociais, mas que continuam fundadas na mesma prática teórica. Entretanto, existem sinalizações em mudanças da atuação do psicólogo nas políticas públicas – dentro da assistência social, por exemplo –, muitos lançam mão dos seus referenciais teóricos tendo em vista seus limites para adequação ao contexto de saúde da população mais pobre (id, 2012).

O Sistema Único da Assistência Social (SUAS), criado em 2005 no governo Lula, no qual se articulam serviços, programas, benefícios e projetos, possibilita uma nova forma de fazer política de assistência social, onde é feita em dois tipos de proteção social: Proteção Social Básica e Proteção Social Especial, sendo a primeira, para aquelas pessoas em situação de vulnerabilidade social, e a segunda, para aquelas das quais seus direitos já foram violados ou não garantidos (Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome [MDS], 2023).

Durante a primeira década do século XXI, foram realizados inúmeros programas que visavam minimizar a desigualdade social no Brasil, o mais expressivo foi o Programa Bolsa Família, e visto seu baixo custo, sendo apenas 0,5% do PIB, é tido como o principal responsável pela diminuição da fome e da desigualdade. Esse programa tem como objetivo transferir renda para a população mais pobre, uma vez que cerca de 70% dos recursos do programa alcançaram os 20% mais pobres, reduzindo a pobreza em 15% e a extrema pobreza em 25%. Além disso, o programa é responsável pela diminuição de 10% da desigualdade social no país entre os anos de 2001 e 2015 (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2021).

Destarte, alguns problemas ainda assolam as pessoas mais pobres do país, visto que, no corte de renda do Bolsa Família, a renda per capita não pode ser superior a R\$218,00 mensais, segundo o Art. 5º da MP 1.164 de 02 de março de 2023. Ou seja, aqueles que ganham um valor maior que esse, mesmo que significativamente pequeno, não têm acesso ao programa, ainda que vivendo em condições similares daqueles em extrema pobreza e alvos do Programa Bolsa Família.

As atividades do psicólogo na política de Assistência Social estão direcionadas ao acolhimento do usuário, e não no uso de psicoterapia ou atendimentos individuais. Existe um olhar comunitário do CFP à prática dentro da assistência social, assegurando um trabalho crítico e político, porém, a atuação do profissional neste ambiente ainda é engessada nas práticas tradicionais da psicologia, onde a sua função acaba sendo direcionada ao indivíduo e a subjetividade, e não em uma real transformação das esferas sociais que produzem a vulnerabilidade e a pobreza. Como dever dos psicólogos nessa área “baseará sua prática nos campos teóricos e metodológicos que contemplam a visão crítica da realidade social, a sua historicidade, as lutas políticas e as relações de poder” (CFP, 2016).

MATERIAL E MÉTODOS

A pesquisa é de natureza qualitativa, portanto, busca visualizar uma compreensão social e de natureza exploratória fazendo uso de levantamento bibliográfico de fontes secundárias. A pesquisa exploratória objetiva fornecer maior familiaridade com o problema em questão, com vistas a torná-lo mais explícito ou a construir hipóteses, além disso, buscar o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições. É um tipo de pesquisa por meio de levantamentos

bibliográficos, caracterizado por um conjunto de conhecimento reunidos em uma obra, onde proporciona ao leitor o saber.

Para a pesquisa, foram utilizados artigos científicos digitais, livros impressos e digitais relacionados a área de estudo e dados extraídos de sites governamentais e organizações não-governamentais, sendo os necessários para a análise dos resultados.

O presente estudo será elaborado somente com base em pesquisas bibliográficas, levando-se em conta que o principal objetivo é entender o papel da psicologia na erradicação da pobreza. A finalidade dessa pesquisa é exploratória, ou seja, busca a compreensão do problema de forma crítica e fundamentada em levantamento bibliográfico.

Não há a nomeação de um lugar de intervenção, visto que não serão realizadas pesquisas experimentais ou entrevistas, apenas o levantamento bibliográfico.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

O papel do psicólogo para atingir o objetivo determinado pela ONU de erradicação da pobreza se mostra fundamental, uma vez que é possível ter uma visão biopsicossocial, ou seja, mais ampla e aprofundada do ser humano, considerando diversos aspectos da sociedade e dos indivíduos. Essa atuação parece ser mais emergencial dentro de políticas públicas, uma vez que, aqueles que estão em pobreza ou extrema pobreza não possuem acesso a consultórios particulares. Pelo fato de as políticas públicas assistirem as pessoas nessas condições, ela se mostra bastante promissora, e dessa forma, é necessário maior investimento e atuação. Um exemplo disso é o Programa Bolsa Família, que possui um custo relativamente baixo e conseguiu reduzir as taxas de pobreza, extrema pobreza e desigualdade social no Brasil (CAMARGO, 2018).

É necessário também que o Estado deixe de lado o modelo pré-estabelecido de apostar em ações públicas por meio do crescimento do PIB e na distribuição desse crescimento, uma vez que ele nem sempre cresce e nunca é distribuído adequadamente. Para isso, seria necessário apostar na redistribuição de riqueza concentrada, posto que ela é um dos motivos para a pobreza e extrema pobreza.

A atuação do psicólogo nas políticas públicas é algo estimulado pelo CFP. Ele deixa claro a necessidade de uma atuação transformadora que considere aspectos sociais e uma visão crítica acerca da realidade. Caso o profissional fique engessado na sua prática teórica e metodológica, e não se adeque às condições necessárias para um acolhimento adequado a questões emergenciais e de vulnerabilidade, se caracteriza como um trabalho tecnocrata, e não de justiça social, como bem definido pelo CFP.

CONCLUSÃO

As políticas públicas têm se apresentado como uma forma de minimizar o impacto da pobreza e desigualdade social acentuada, porém, não tem como objetivo que ela seja erradicada como almejado pela ONU. Além disso, ainda há muito a se fazer, desde a possibilidade de que as políticas públicas assistam mais indivíduos, até uma melhora no financiamento e capacitação daqueles que a oferecem.

Para o trabalho do psicólogo, é necessário, primeiro, que haja uma contextualização sócio-histórica do Brasil, para que seja possível ter um olhar crítico frente às dificuldades que assolam as pessoas mais pobres, e entender isso como um processo de exploração; e depois, uma reflexão acerca dos referenciais teóricos e técnicos que dão norte ao fazer do psicólogo.

Junto aos indivíduos, é preciso que sejam realizados trabalhos para além daqueles

vistos como ideais ao psicólogo, como a psicoterapia individual, e focar, principalmente, na transformação do sujeito enquanto um atuante em exercício da sua democracia e um ser político.

Portanto, é preciso que haja uma ação política dos psicólogos para um fazer transformador e revolucionário, e além disso, uma participação de outras áreas de atuação para que seja ampliado ainda mais a visão de homem e sociedade. Só assim será possível oferecer ao indivíduo a emancipação, justiça social e alcançar os objetivos traçados pela ONU.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Z. **Danos colaterais**: desigualdades sociais numa era global. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

BRASIL. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. **Bolsa Família reduz pobreza e desigualdade em 15 anos**. [Brasília]: IPEA, 22 set. 2021. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/categorias/45-todas-as-noticias/noticias/2386-bolsa-familia-reduz-pobreza-e-desigualdade-em-15-anos>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Medida provisória nº 1.164, de 2 de março de 2023. Institui o Programa Bolsa Família. Disponível em: <https://www.in.gov.br/en/web/dou/-/medida-provisoria-n-1.164-de-2-de-marco-de-2023-467449434>. Acesso em: 23 ago. 2023.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome. **Assistência Social**. [Brasília]: MDS, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mds/pt-br/acoes-e-programas/assistencia-social>. Acesso em: 22 ago. 2023.

CAMARGO, L. **As representações sociais dos Conselheiros Municipais de Assistência Social do Município de Ponta Grossa – PR sobre os beneficiários do Programa Bolsa Família**. 2018, 222f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais Aplicadas) - Universidade Estadual de Ponta Grossa, Ponta Grossa, 2018. Disponível em: <https://tede2.uepg.br/jspui/handle/prefix/2655>. Acesso em: 04 set. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Nota técnica com parâmetros para atuação as (os) profissionais de psicologia no âmbito do Sistema Único de Assistência Social (SUAS)**. Brasília, 2016. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/documentos/nota-tecnica-com-parametros-para-atuacao-as-os-profissionais-de-psicologia-no-ambito-do-sistema-unico-de-assistencia-social-suas/>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LAFER, C. **O Brasil e a globalização**: pensadores do direito internacional. In: PRADO, M.; SANTANA, R (org.). São Paulo: Ed. Cultura, 2013, p. 45.

MACHADO, R.; SORRENTINO, M. ODS 1 – Erradicação da pobreza. In: FREY, K.; TORRES, P.; JACOBI, P.; RAMOS, R. (org.). **Objetivos do Desenvolvimento Sustentável: Desafios para o planejamento e a governança ambiental na Macrometrópole Paulista**. 22. ed. Santo André: Ed UFABC, 2020, p. 55-66. Disponível em:

<https://editora.ufabc.edu.br/ciencias-sociais/72-objetivos-do-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 22 ago. 2023.

OLIVEIRA, I.; AMORIM, K. Psicologia e política social: O trato da pobreza como “sujeito psicológico”. **Psicologia argumento**, Curitiba, v. 30, n. 70, p. 559-566, jul./set. 2012. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-667690>. Acesso em: 22 ago. 2023.

ONU. **Sobre o nosso trabalho para alcançar os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável no Brasil**. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/sdgs>. Acesso em: 21 ago. 2023.